



Universidade
Estadual de Goiás



RESULTADOS DO SAEB NO CICLO DE ALFABETIZAÇÃO NO PÓS-PANDEMIA: direcionamentos para os multiletramentos

QUEILA FERREIRA DE ALMEIDA (UFCAT)¹
ANAIR VALÊNIA MARTINS DIAS (UFCAT)²

Resumo: A pandemia da Covid-19 gerou grandes impactos na educação brasileira e após o retorno das aulas na modalidade presencial, foi possível perceber que muitos alunos sofreram queda em seus níveis de aprendizagens em todas as etapas e, atualmente, muitos não recuperaram satisfatoriamente o seu desempenho nos estudos. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é analisar e comparar os níveis de proficiência alcançados pelas avaliações de língua portuguesa do SAEB referentes ao 2º ano do Ensino Fundamental I, em 2019 e 2021, a fim de verificar se os resultados apontam ou não para o desenvolvimento do letramento. Acreditamos em possibilidades de retomar o caminho do ensino para a concretização do letramento e a ampliação para multiletramentos, em consonância com as práticas linguísticas atuais. O estudo parte de uma pesquisa documental e bibliográfica, para compor o conceito de letramento com base em Soares (2022) e Kleiman (2005), e a importância de seu uso nas relações sociais conforme apontam Coulmas (2014) e Quijano (2005). Já para a compreensão do uso de multiletramentos nas práticas atuais do mundo digital, apoiamos-nos em Kalantzis, Cope e Pinheiro (2020), Rojo (2012) e Kleiman (2014). Partindo dos resultados do SAEB é possível concluir que índices melhores de proficiência precisam ser alcançados.

Palavras-chave: Alfabetização. SAEB. Ensino. Letramento. Multiletramentos.

INTRODUÇÃO: CONTEXTO ATUAL DO ENSINO NOS ANOS INICIAIS

Desenvolver as habilidades de leitura e de escrita é o grande desafio que a escola enfrenta atualmente, especialmente considerando o longo período em que os alunos permaneceram em casa, estudando na modalidade remota de ensino, durante a pandemia da Covid-19. Após o retorno das aulas na modalidade presencial, é possível perceber que muitos alunos sofreram diretamente uma queda em seus níveis de aprendizagens, e que não recuperaram satisfatoriamente o seu desempenho nos estudos. Muitas escolas ainda não atingiram o nível de alfabetização esperado pela PNA – Política Nacional de Alfabetização, promulgada em 11 de abril de 2019 pelo Decreto nº 9.765, sendo que uma das suas metas é justamente alfabetizar todas as crianças até o final do 3º ano do Ensino Fundamental I.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – PPGEL, da Universidade Federal de Catalão – UFCAT. ferreiraqueila30@gmail.com.

² Pós-doutora em Linguística pela Universidade de Brasília – UNB; Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – PPGEL, da Universidade Federal de Catalão – UFCAT. anairvalenia@ufcat.edu.br



Universidade
Estadual de Goiás



Ainda são muitos os desafios que as escolas enfrentam, como a falta de investimentos em programas educacionais que possam fortalecer as ações dos professores, a falta de cursos de capacitação para eles atuarem no ambiente escolar com mais segurança, e a necessidade de equipamentos para os docentes trabalharem com seus alunos e aproximá-los dos recursos digitais que são exigidos em diversas situações do cotidiano. Com mudanças nesse cenário, os professores teriam condições para desenvolver nos discentes os letramentos que são indispensáveis para a convivência na sociedade e permitir que conheçam textos produzidos em contextos culturais diferentes e que são constituídos de recursos semióticos múltiplos, ou seja, explorar uma pedagogia voltada para os multiletramentos.

Para superar esses obstáculos ainda existentes, é necessário observar os índices apontados pelas avaliações do SAEB – Sistema de Avaliação da Educação Básica, buscando interpretações para os dados obtidos e planejando ações pedagógicas alinhadas ao Projeto Político Pedagógico das instituições escolares. Obter informações sobre a qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas brasileiras, abrangendo séries dos Ensinos Fundamental e Médio, é papel fundamental desempenhado pelo SAEB. Seus resultados servem para avaliar a qualidade da educação e o desempenho dos alunos na alfabetização, além de possibilitarem o monitoramento do progresso no ensino, objetivando o planejamento das políticas públicas educacionais que forem necessárias.

Em decorrência desse cenário, a intenção da investigação apresentada neste artigo é analisar e comparar os níveis de proficiência obtidos pelos alunos do 2º ano do Ensino Fundamental I, nas avaliações do SAEB de 2019 e 2021, para verificar quais níveis de letramento estão atingindo e se possuem condições para progredirem de simples leitores a leitores questionadores, alcançando a condição de sujeitos críticos, engajados e preparados para interagir socialmente.

Para a elaboração desta reflexão, embasar-nos-emos em autores como: Florian Coulmas (2014), para tratar sobre as dimensões da leitura e da escrita nas sociedades antiga e atual, e Aníbal Quijano (2005), para pensar sobre a perspectiva da decolonialidade na superação da desigualdade social. A fim de tecer as considerações sobre letramento, partiremos dos conceitos de Magda Soares (2022) e das reafirmações de Angela Kleiman (2005). Visando mostrar uma nova concepção de letramento, voltada para uma pedagogia



mais atualizada, apoiar-nos-emos em Mary Kalantzis, Bill Cope e Petrilson Pinheiro (2020), Roxane Rojo (2012) e Kleiman (2014). Consideraremos os aspectos do multiletramento, as aproximações e os distanciamentos entre alfabetização e letramento, a compreensão de que não basta saber ler e escrever para obter o letramento necessário às interações sociais, bem como a necessidade de se desenvolver multiletramentos na atualidade voltados para as práticas do letramento digital e dos textos multissemióticos.

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA E DA ESCRITA COMO PRÁTICAS SOCIAIS

Coulmas (2014) esclarece que o conhecimento e a racionalidade, entendidos como a capacidade de pensar e refletir, sempre estiveram associados a grupos de pessoas ligadas às camadas “superiores” da sociedade. Segundo o linguista, a exigência para a participação do indivíduo em debates nos círculos de referência social era tomar conhecimento das ideias a partir dos textos escritos que circulavam em sociedade e saber discuti-los. A condição de nascimento então era determinante para a aceitação dos indivíduos na sociedade, pois só entrava nesses debates quem sabia ler – condição permitida a poucos na sociedade da época, em que a maioria era iletrada.

O autor expõe que, apesar do conceito de letramento ter mudado com o passar do tempo, vem sendo utilizado para separar a sociedade em grupos de letrados e não letrados; e que, por meio dele, se faz a distinção entre as classes que participam ou não das decisões na sociedade. Por esse prisma, depreendemos que a classe social que não possui determinadas competências não tem o poder de se manifestar para sugerir ou exigir seus direitos, e que, em muitas sociedades, grupos marginalizados não têm seus direitos minimamente garantidos.

Quijano (2005), ao discorrer sobre a relação de poder e de desigualdade entre os sujeitos, destaca a expansão do colonialismo nos países da América do Sul como um marco de discriminação e de segregação de seres humanos. Ao retomar o contexto de expansionismo dos ditos países “do Ocidente” sobre os países considerados periféricos, o autor reflete sobre o fato de que aqueles que eram considerados “descobridores” dominavam os nativos e os africanos, por exemplo, disseminando a perspectiva eurocêntrica do conhecimento e reforçando a teoria da ideia de raça. Apesar do fim do colonialismo no Brasil, ainda são fortes as impressões da colonialidade no país. São, por vezes, difíceis de serem percebidas, mas se pronunciam no domínio das classes brancas e mais ricas da sociedade no controle de recursos,



trabalho, capital e conhecimento. E para que as classes minoritárias possam lutar por seus direitos de igualdade social, é preciso que tenham acesso à escolaridade.

A escola é a instituição responsável por promover formalmente a leitura e a escrita em diferentes contextos de produção. Elas não são determinantes para o letramento; porém, a ausência dessas práticas dificulta a vida de muitas pessoas, pois a escrita e a leitura fazem parte de praticamente todas as instituições do cotidiano da maioria das pessoas (Kleiman, 2005, p. 6). Por meio da leitura, as pessoas têm acesso a variedades de textos e informações que permitem o conhecimento sobre o mundo; já a escrita, permite-lhes a expressão de ideias, opiniões e experiências. Juntas, essas habilidades facilitam a comunicação, a reflexão crítica sobre os diferentes discursos sociais e desenvolvem o pensamento crítico.

DO LETRAMENTO AOS MULTILETRAMENTOS: perspectivas e desafios

Com o passar dos anos e dos avanços nas pesquisas para dinamizar o ensino nas séries iniciais, a alfabetização como domínio das práticas de ler e de escrever foi repensada e ampliada para o conceito de letramento. Magda Soares (2022) considera como letramento os conhecimentos que vão além da alfabetização e consistem nas “Capacidades de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita, o que implica habilidades várias, tais como a capacidade de ler ou escrever para atingir diferentes objetivos” (Soares, 2022, p. 27). Dessa forma, os anos iniciais do Ensino Fundamental passam a ser vistos como um período que necessita de muitas reflexões e intervenções do professor. Portanto, é essencial destacar que, quando as atividades em sala de aula são pensadas e inseridas em um propósito de letramento nas séries iniciais, o desenvolvimento de habilidades como leitura e escrita nas séries seguintes terá melhores resultados.

A educadora-pesquisadora pressupõe que as capacidades de ler, de compreender e de escrever textos definem uma criança alfabetizada, sendo esses os objetivos da alfabetização e do letramento. E entendemos que, se a criança chega ao final desse ciclo dominando as habilidades apontadas, as séries seguintes as complementam com atividades específicas e de forma gradativa. É importante evidenciar que, como os alunos tiveram que se afastar das escolas ainda no primeiro semestre de 2020, como medida de contenção da pandemia da Covid-19, não foi possível para a maioria deles envolver-se em atividades de escrita e de leitura. Mesmo quando as aulas foram retomadas em 2021, de modo remoto, se tornou difícil



Universidade
Estadual de Goiás



para os professores acompanharem e exigirem dos estudantes essas atividades no cotidiano, impactando o desenvolvimento do letramento, como verificaremos por meio das avaliações realizadas pelo SAEB nos anos de 2019 e 2021.

Como divulgado amplamente em muitos estudos direcionados à educação, é necessário reafirmar que a leitura e a escrita extrapolam o ambiente escolar, englobando as práticas de letramento, de execução dos processos de comunicação e de recepção de informações. Conforme Kleiman (2005), ensinar uma criança a ler e a escrever é permitir que esse aprendiz tenha conhecimento das práticas de letramento na vida social. Ademais, é na escola que é constituída a base de todo esse processo; e é também na escola que acontece a imersão das crianças no letramento, com as práticas de leitura de livros, jornais, revistas e textos em outros suportes, assim como com a escrita pertinente para o seu aprendizado.

Por mais que saber ler e escrever não seja determinante para um sujeito ser considerado totalmente letrado, são condições que facilitam o acesso a algumas informações necessárias nas demandas da sociedade e devem estar cada vez mais aliadas às novas tecnologias, exigindo que as pessoas saibam manuseá-las e sejam capazes de interagir por esses meios. Ensinar os alunos a fazerem usos desses recursos de forma adequada é também uma função da escola; portanto, as escolas precisam desenvolver os multiletramentos, pois as atividades cotidianas realizadas por eles ocorrem em uma multiplicidade de linguagens.

Em 1994, um grupo de pesquisadores de áreas referentes à educação linguística se reuniu para elaborar uma proposta pedagógica que fosse apropriada para o mundo contemporâneo: o *New London Group*. Ele apresentou propostas direcionadas para os estudos semióticos dos textos atuais, que utilizam formatos diferentes para a sua produção e suas maneiras de ser veiculados e consumidos, ampliando o conceito de letramento para o de multiletramentos. Para os pesquisadores, o ensino tradicional das escolas públicas deve assumir uma postura mais atualizada frente às novas tecnologias de comunicação usadas pelos alunos para diversas finalidades, visto que contribuem para o desenvolvimento do letramento. Os alunos estão cada vez mais próximos dos recursos tecnológicos e também querem ser produtores de mensagens, ou seja, querem produzir sentidos nas redes sociais e não apenas recebê-los. Logo, o ambiente escolar deve abrir espaço para o trabalho com as mídias digitais, com a intenção de fazer os alunos refletirem sobre o processo criativo das suas mensagens.



Universidade
Estadual de Goiás



A nova pedagogia dos multiletramentos pretende expandir a compreensão da leitura e da escrita, práticas que ocorrem dentro das instituições escolares englobando as mídias digitais do nosso cotidiano. Contrapondo-se, então, ao modelo tradicional de alfabetização, em que a leitura e a escrita são vistas como a representação simbólica de sons, assim como a sua decodificação privilegia uma única maneira de falar e de escrever, sem levar em consideração a diversidade social, cultural e científica. Kalantzis, Cope e Pinheiro (2020) defendem que os fundamentos da leitura e da escrita precisam estar situados em contextos reais e espaços contemporâneos.

Para Rojo (2012), a escola necessita se apoderar de novos letramentos exigidos pelo mundo contemporâneo, não só pela utilização de recursos digitais, mas também pela necessidade de considerar os textos produzidos em diferentes culturas, “a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica dos textos por meio dos quais ela se informa e comunica” (Rojo, 2012, p. 13). As ferramentas digitais, segundo Kleiman (2014, p. 80), podem ser recursos contemporâneos importantes para o letramento, pois “estão relacionadas com exigências de novos modos de trabalho para atender novas demandas sociais de sujeitos reais, que vivem no mundo da cultura digital e da impressa”. Nesse sentido, a escola pública precisa oferecer oportunidades para que os alunos tenham acesso ao mundo digital, como uma forma de diminuir as desigualdades na sociedade, e essas novas práticas devem ser iniciadas nos primeiros anos de ensino e perpetuadas nas séries seguintes.

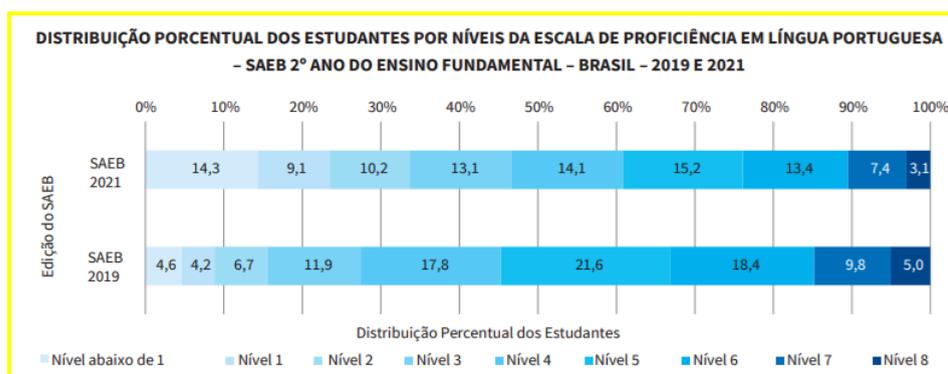
A linguagem verbal já não é mais predominante nas práticas sociais de comunicação e as avaliações do SAEB estão exigindo conhecimentos próximos dessa realidade, cabendo às instituições escolares mudanças nas perspectivas de ensino e de aprendizagem desses novos recursos multimodais. É urgente oferecer aos alunos uma base sólida de conhecimentos, a começar pela alfabetização, associada a novas pedagogias voltadas para o desenvolvimento das práticas de leitura, de escrita e de produção de textos dentro e fora da escola.

ANALISANDO OS RESULTADOS DO SAEB PARA O 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I

O SAEB é uma iniciativa, de âmbito nacional, de avaliações de proficiência aplicadas em larga escala, sendo administrado pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Tais avaliações são realizadas a cada dois anos, com

o objetivo de fazer um diagnóstico da educação brasileira e dos fatores que podem interferir no progresso do estudante. O SAEB é aplicado desde 1990 e, em 2019, teve a primeira edição alinhada à BNCC – Base Nacional Comum Curricular, avaliando os componentes de Língua Portuguesa e de Matemática.

O foco da prova de Língua Portuguesa, que é composta por questões com respostas objetivas, é a leitura e a interpretação de textos. Os resultados são classificados em níveis de proficiência: os mais baixos dizem respeito a habilidades básicas e graus mínimos de letramento; e, progressivamente, os níveis apontam para informações mais complexas e que necessitam de habilidades de leitura e de construção de sentidos mais atentas dos alunos. Com o propósito de verificar o desempenho dos estudantes do 2º ano em Língua Portuguesa, em 2019 e 2021, apresentamos o seguinte gráfico com um comparativo entre esses dois períodos:



Fonte: Relatório de Resultados do Saeb 2021

Observando os dados de 2019, 4,62% dos alunos que fizeram a avaliação ainda não tinham alcançado o nível mínimo de proficiência, enquanto 4,22% apresentaram-se em nível 1 e 6,72% estavam em nível 2. Estava em nível 3 o quantitativo de 11,9% dos estudantes e no nível 4, 17,80%. A maior parte dos estudantes estava em nível 5 (21,55%) e nível 6 (18,39%). Os níveis máximos de proficiência não apresentaram grandes proporções, sendo que 9,76% dos estudantes estavam em nível 7 e 5,04% estavam em nível 8.

Notamos alterações nos dados de 2021 em relação aos de 2019 quanto aos níveis de proficiência. O percentual de alunos no nível abaixo do 1 saltou de 4,6% para 14,3%, indicando que aumentou o número de estudantes que estavam abaixo do desempenho mínimo. Paralelamente, os alunos de nível 1, que é o nível mínimo de proficiência, aumentou de 6,7% para 9,1%. Houve uma diminuição de proficiência nos níveis 2 e 3, que eram,



Universidade
Estadual de Goiás



respectivamente, de 6,7% e 11,9% em 2019, e reduziram para 10,2% e 13,1% em 2021. O número de alunos com proficiência nos níveis subsequentes, que são os que exigem mais proficiência, também mostrou declínio no processo de aprendizagem.

De acordo com os dados do gráfico, observamos que, no período em que os alunos tiveram aulas no sistema remoto, não houve grandes avanços na aprendizagem e que as habilidades e as competências exigidas para a promoção para a série seguinte não foram atingidas de modo satisfatório pela maior parte dos alunos avaliados. O baixo desempenho dos alunos no domínio da leitura e da capacidade de interpretar textos pode ser comprovada pelos resultados obtidos pelo SAEB e, diante desses resultados, espera-se que cada estado e cada município desenvolva programas para recompor os níveis de aprendizagem dos alunos.

Assim, para que os alunos desenvolvam suas potencialidades e os multiletramentos, é importante que as escolas envolvam os discentes em atividades que tenham contato com variados tipos de textos, inclusive textos digitais, transformando a sala de aula em um ambiente participativo e estimulante, de modo que se sintam à vontade para compartilhar suas ideias utilizando diferentes recursos linguísticos de maneira significativa para suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pandemia impactou diretamente a vida de todas as pessoas e expôs muitas limitações no campo da educação, mostrando as fragilidades das escolas públicas. Esse cenário trouxe diversas reflexões com relação aos desafios que essas instituições educacionais precisam superar. Nesse contexto, as avaliações realizadas pelo Saeb foram determinantes para observar os níveis de proficiência que os alunos apresentaram antes e depois da pandemia; e, partindo da realidade percebida, será possível traçar novas ações pedagógicas para melhorar o desempenho dos alunos das escolas públicas.

Em nosso entendimento, os alunos mais prejudicados pelo período pandêmico foram aqueles que se encontravam em processo de alfabetização, principalmente no 1º e no 2º ano, séries em que se inicia a aprendizagem do sistema alfabético de escrita e dos seus usos para a leitura e a produção de textos. Para retomar o ensino efetivo é preciso considerar que existem contextos sociais diferentes em cada instituição escolar e também que em sala de aula há níveis e ritmos diferentes de aprendizagem.



Universidade
Estadual de Goiás



Em especial nas escolas públicas, essa fase de ensino merece ser vista com mais atenção, pois os alunos são, em sua maioria, crianças das classes menos favorecidas. Levá-las a desenvolver capacidades de manifestar seus pensamentos e ideias, utilizando os mais variados recursos linguísticos, é torná-las indivíduos ativos. Possibilitar que uma pessoa leia, entenda e escreva textos diversos presentes em seu cotidiano é reconhecer-lhe o direito de compreender as ideias que circulam na sociedade e produzir aquelas que podem modificá-la.

Assim, o objetivo das instituições escolares e por extensão dos docentes é conseguir desenvolver práticas de multiletramentos efetivas dentro da sala de aula e que elas tenham continuidade fora do ambiente escolar, de forma que os alunos, desde pequenos, consigam ter bom desempenho na leitura e na escrita em uma sociedade que exige essas habilidades em diferentes espaços. Elas são essenciais para que possam exercer plenamente sua cidadania, sendo dever da escola e da sociedade fazer com que os muitos alunos que ainda não conseguiram dominá-las, desenvolvam-nas e não saiam desse ciclo de situação de defasagem.

REFERÊNCIAS

COULMAS, F. **Escrita e sociedade**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2014.

INEP. **Avaliações e Exames Educacionais**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais>. Acesso em: 3 set. 2024.

KALANTZIS, M.; COPE, B.; PINHEIRO, P. **Letramentos**. Tradução: Petrilson Pinheiro. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

KLEIMAN, A. B. **Preciso “ensinar” o letramento? Não basta ensinar a ler e a escrever?** Campinas, SP: CEFIEL/UNICAMP, 2005.

KLEIMAN, A. B. Letramento na contemporaneidade. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 72-91, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/19986>. Acesso em: 12 jul. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

ROJO, R.; Moura, E. (Org.). **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola, 2012.

SOARES, Magda. **Alfabetrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. 5. reimp. São Paulo: Contexto, 2022.